

DEBATES SOCIAIS

Oficinas Temáticas

2021

MULHERES

NOVA POBREZA

CUIDAR

REPARAÇÃO

VISITAS DOMICILIARES

ADOLESCENTES

CRAS

VIGILÂNCIA

GESTÃO



ORGANIZAÇÃO
DAS VOLUNTÁRIAS
DE GOIÁS

GPS
Gabinete de
Políticas Sociais



É POR
VOCÊ
QUE A
GENTE
FAZ

APRESENTAÇÃO

Temos trabalhado a cada dia para aperfeiçoar, qualificar e garantir formação em processo dos trabalhadores sociais em Goiás.

A prática sem reflexão, debate, construção de conhecimento e articulação sempre vira uma mera tarefa. Em Goiás, optamos em não cumprir “tarefas sociais”, mas criar caminhos de mobilidade social.

Esse caderno especial conta com 15 textos base para serem o ponto de partida de 30 oficinas de trabalho que faremos junto aos 246 municípios do Estado, por meio da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), do Gabinete de Políticas Sociais e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds).

São textos que sempre terminam com provocações para o debate e que abrem caminhos para novas oficinas organizadas pelos próprios gestores municipais.

Um dos compromissos que o Governo de Goiás assumiu é a realização de um trabalho social comprometido com resultados. Não queremos fazer apenas a “gestão diária da pobreza”.

Queremos deixar a pobreza para trás. Para isso, precisamos aprofundar as capacitações, de forma que os resultados dos projetos e programas sejam sempre voltados para a mobilidade social.

Sem dúvidas, é um grande desafio, mas que precisa ser enfrentado, com respeito sincero a cada goiano que tem o direito à uma inclusão social sustentável.

E toda essa mudança se inicia na prática dos trabalhadores sociais, que são forte referência na mudança que queremos.

Tenho certeza que vamos conseguir!

GRACINHA CARVALHO CAIADO

Primeira-Dama de Goiás
Presidente de Honra da Organização das Voluntárias de Goiás
Presidente do Grupo Técnico Social de Goiás
Coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais de Goiás

“

"O GOVERNO DE GOIÁS ASSUMIU O COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DE UM TRABALHO SOCIAL COMPROMETIDO COM RESULTADOS."

”

SUMÁRIO

1. A MULHER NAS POLÍTICAS SOCIAIS	04
2. A NOVA POBREZA NO PÓS-PANDEMIA	08
3. ADOLESCENTES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	10
4. CUIDAR DE QUEM CUIDA	13
5. GESTÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15
6. INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS	17
7. LUTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20
8. MACHISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
9. O CRAS E A ESCOLA	25
10. PAIF	27
11. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	29
12. REPARAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	32
13. TRANSFERÊNCIA DE RENDA	34
14. VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	36
15. VISITA DOMICILIAR	38
CRÉDITOS	40

A pobreza no mundo da mulher

A pobreza é uma construção social definida por decisões políticas. São decisões que constroem o mundo social, produzem riqueza e pobreza – geram desigualdade. A desigualdade, por sua vez, é fator fundamental para a reprodução e aprofundamento da pobreza – e, dentre os desiguais, as mulheres e principalmente as mulheres negras e indígenas são as mais desiguais.

Apesar de reconhecer uma diminuição da pobreza entre os anos 2001 e 2015, um estudo sobre a feminização da pobreza no Brasil apontou um aumento na diferença entre o percentual de domicílios chefiados por mulheres inseridas na pobreza contra os chefiados por homens. Ou seja, menos pobreza para os homens chefes de família, e mais mulheres chefes de família em situação de pobreza, num mesmo período.

Cabe reafirmar que a pobreza não é apenas ausência de renda, mas tem caráter multidimensional, definido pela dificuldade de acesso a recursos como educação, saúde, habitação e assistência social. E como determinantes da face feminina da pobreza, o mesmo estudo identificou a baixa escolaridade, a falta de oportunidades de trabalho, a existência de crianças na família, entre outros. As mulheres negras/pardas/indígenas da região Norte/Nordeste foram as mais atingidas.

A desigualdade de gênero reforça a exclusão de uma parte significativa da população brasileira. Há desigualdades no acesso a oportunidades de trabalho, no acesso a propriedade,

“[...] sustenta-se que além de não discriminar arbitrariamente, deve o Estado promover a igualdade material de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que atentem para as especificidades de grupos menos favorecidos, compensando, desse modo, as eventuais desigualdades de fato decorrentes do processo histórico e da sedimentação cultural.

(Cavalcante, 2010, citado por Vasconcelos, em Lei Maria da Penha – Aspectos Processuais Penais, 2018)

desigualdades na família, na participação social e comunitária. Ou seja, a desigualdade é um fator que aumenta os riscos de desproteção, pobreza e vulnerabilidade de mulheres.

As mulheres como prioridade das políticas sociais

Por razões econômicas e sociais, as mulheres vêm cada vez mais se tornando responsáveis pela chefia da família. Algumas políticas públicas, reconhecendo esse papel, passaram a lhes dar prioridade e protagonismo em programas e ações sociais. Esse reconhecimento e priorização pretendem ter um efeito fortalecedor da posição da mulher na família e na sociedade.

A unificação dos programas federais de transferência de renda - o auxílio gás, o bolsa

alimentação, o bolsa escola, e o programa de erradicação do trabalho infantil – convergiu todas as ações para o Bolsa Família, criado em 2004. Uma das diretrizes do programa é que o titular responsável deve preferencialmente ser mulher. No Programa “Minha Casa, Minha Vida”, implementado a partir de 2009, adotou-se a mesma diretriz, sendo a mulher a responsável pelo domicílio para acessar o financiamento habitacional. Dados do Ministério das Cidades relatam que, em 2018, as mulheres eram proprietárias de 86% das unidades habitacionais do Programa.

De fato, garantir papel protagonista das mulheres em programas sociais pode contribuir para a quebra dos ciclos de pobreza, na medida em que são elas historicamente as responsáveis pelo cuidado.

No entanto, é importante apontar que a inclusão das mulheres nas políticas públicas e a construção de caminhos de autonomia são estratégias para consolidar sua participação, como sujeitos sociais, na vida familiar, comunitária e política. Há que se estar atento para que a priorização das mulheres nas políticas sociais não se transforme em responsabilização, culpabilização e sedimentação de papéis sociais de subordinação e desigualdades.

Diversos estudos mostram que as mulheres usuárias dos serviços de assistência social sofrem com a falta de creches; com os baixos salários obtidos por trabalhos esporádicos e informais; com a falta de igualdade na divisão das tarefas domésticas; com o fato de serem as únicas responsáveis pelos filhos.



Mas a luta por creches, vagas na escola, contra a violência doméstica e a favor da igualdade é uma luta da mulher ou da comunidade e da família?

A discriminação positiva nas políticas sociais deve corresponder a um caminho de proteção, empoderamento e autonomia que direcione também para a superação das desproteções advindas da desigualdade de gênero.

Nessa discriminação positiva alguns grupos devem ter especial atenção: mulheres negras, mães solo e chefes de família, pelo maior grau de vulnerabilidade destes segmentos.

A desproteção do corpo feminino – a violência

A violência é uma das mais dramáticas violações de direitos experimentadas pelas mulheres.

Sem dúvida, o Brasil tem evoluído significativamente na legislação de enfrentamento à violência contra a mulher. No entanto, esse processo não foi fácil e nem significou mudanças substantivas nos números da violência. Para que criasse uma lei de combate à violência, o Brasil precisou ser condenado por uma Corte Internacional por sua leniência num caso de tentativa de homicídio, e ser instado a criar mecanismos legais que atendessem às mulheres.

O resultado dessa condenação é a Lei 11.340, de 2006, batizada de Lei Maria da Penha, em homenagem a mulher que foi vítima de duas tentativas de assassinato pelo marido e que lutou durante 19 anos por sua punição, é considerada pela ONU como uma das três melhores leis do mundo de enfrentamento à violência contra a mulher.

Ela cria mecanismos para reprimir a violência doméstica e familiar contra a mulher, cumprindo a Constituição Federal, que afirma que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Art. 226.). E que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (Art. 226 § 8º).

A Lei do Feminicídio, que considera crime hediondo o assassinato de uma mulher por razões de gênero, também tem um papel fundamental no combate à violência. Ainda que

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar

(Douglas Germano, canta Elza Soares)

seja apenas punitiva, incidindo sobre os crimes já cometidos, a Lei do Feminicídio reconhece, nomeia e define um tipo de crime fundado na opressão e no machismo.

Mas, mesmo com uma legislação tão avançada, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa de feminicídio do Brasil é a 5ª maior do mundo — e ela se torna ainda maior quando se trata de mulheres negras e de minorias étnicas.

A violência doméstica impacta diretamente as famílias, esgarçando vínculos de afeto, confiança e proteção. Significa desproteção e violação de direitos. E não há soluções fáceis. Muitos elementos devem ser considerados na construção de saídas, como a dependência econômica, o medo e a insegurança, os vínculos afetivos, a falta de redes de apoio e proteção.

Porém, é fundamental considerar que antes que um feminicídio aconteça, houve, certamente, muitos episódios de violência. “Meter a colher” em briga de marido e mulher pode evitar uma morte. O feminicídio é o desfecho de uma escada de violência que pode começar com um grito, uma humilhação, um xingamento.

Os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o próprio sistema estão preparados para “meter a colher em briga de marido e mulher”?



PARA DEBATER

1. Como trabalhadores do SUAS, envolvidos diariamente no enfrentamento das desproteções sociais, é possível afirmar que a pobreza tem uma face feminina?
2. As dificuldades encontradas pelas mulheres de baixa renda, vivendo desproteções sociais, contribuem para que elas se tornem usuárias “permanentes” dos serviços de Assistência Social?
3. A Assistência Social tem considerado a desigualdade entre homens e mulheres um fator importante nas condições de desproteção social de mulheres e suas famílias?
4. Como trabalhar com mulheres para que a diretriz da matricialidade sociofamiliar não responsabilize apenas as mulheres/mães/avós pela proteção da família?
5. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) trabalham na proteção de mulheres. Quais as diferenças de abordagem?

02

A NOVA POBREZA NO PÓS-PANDEMIA

Danilo Costa | Gestor de Informação | Especialista em Gestão do SUAS
Professor da Gerência de Gestão Social e Avaliação | OVG

Um dos maiores desafios em programas de combate à pobreza é como promover mobilidade social das famílias, isto é, como estruturar a travessia da situação de exclusão para a inclusão, da insegurança para a segurança, da privação para o acesso. Esse desafio deve-se por diversos motivos, mas principalmente pela característica multidimensional da pobreza.

Ao longo dos últimos 30 anos estruturamos movimentos para o combate da pobreza como sempre a conhecemos. Com alterações metodológicas sobre como traduzir a pobreza, os caminhos de enfrentamento eram centralizados nas desproteções sociais. Mas, no final de 2019, o mundo começou a enfrentar a pandemia da Covid-19.

Além do elevado número de vítimas, a pandemia tem deixado um rastro de transtornos e cicatrizes sociais. E talvez o mais grave seja o processo de mobilidade inverso, ou seja, as famílias estão descendo degraus na escada do desenvolvimento, da proteção e do acesso.

Estudo do economista Daniel Duque, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimou que 22 milhões de brasileiros passaram à situação de pobreza ou extrema pobreza com os efeitos da pandemia. Sendo que 16% de quem já era pobre em 2019, passou para a extrema pobreza. Temos um cenário de decadência socioeconômica instalado.

Estamos falando de famílias que estão perdendo conquistas que demandaram grandes esforços para serem alcançadas, assim como, de famílias que estão vivenciando a pobreza pela primeira vez. Uma pobreza diferente da que historicamente estamos acostumados, pois alcança



famílias que até então tinham acesso a serviços de saúde e educação privados. Muitos membros, inclusive, com nível superior.

O desemprego e a queda na renda e o endividamento familiar são a face mais visível da nova pobreza.

Vale lembrar que a pandemia agravou a questão, mas o País já sofria com a falta de trabalho, alta informalidade e com o subemprego. Tudo isso nos trouxe à atual taxa de 14,4% de desempregados, equivalente a 14,4 milhões de pessoas entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, conforme aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sem dúvida alguma, estratégias de segurança de renda são fundamentais para contenção da grave crise social, mas, sozinhos, esses mecanismos não são suficientes para responder à complexidade das novas questões sociais.

Passamos a lidar com pessoas que ficaram desempregadas há mais de um ano e, por isso, já não possuem cobertura da previdência social, como pensão por morte, auxílio-doença ou acidente. Assim como famílias que dependiam da renda de um membro familiar idoso que, por meio de sua pensão, aposentadoria ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) contribuía com as despesas domésticas.

Outra questão que inquieta as famílias brasileiras é a incerteza com a próxima refeição. Estudo da Universidade Livre de Berlim, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aponta que mais da metade (59,3%) dos domicílios brasileiros (125,6 milhões pessoas) não se alimentaram como deveriam em 2020 ou tinham algum tipo de incerteza sobre a capacidade de subsistência. Destes, 15% estavam em situação de insegurança grave, isto é, já vivenciavam a falta de comida em casa.

Mas, certamente, o impacto mais cruel da pandemia é a produção de novos desabrigados. Com o desemprego e a queda da renda, muitas famílias perderam capacidade de arcar com o custo do aluguel. Em março de 2021, o Cadastro Único computava mais de 152 mil pessoas em situação de rua no Brasil, número este que certamente está subestimado.

Por fim, é preciso estarmos atentos para o fato de que a pandemia seguirá produzindo efeitos para as gerações futuras, sobretudo na empregabilidade dos mais jovens que ficará comprometida em função de um período educacional fragilizado.

O termo “nova pobreza” vem sendo amplamente discutido pelos professores da Gerência

PARA DEBATER

1. **Você já tinha escutado, lido ou debatido sobre a “nova pobreza”?**
2. **Você se sente preparado para planejar soluções para os efeitos da “nova pobreza”?**
3. **A política de Assistência Social conseguirá articular novos movimentos de proteção social frente à “nova pobreza”?**
4. **Estamos preparados para atender pessoas acostumadas com serviços privados e que agora precisam acessar serviços públicos?**
5. **Você, como trabalhador do SUAS, vivenciou em sua vida familiar alguma expressão da “nova pobreza”?**

de Gestão Social e Avaliação da OVG, provocado pelo professor Marcelo Reis Garcia. Debater a “nova pobreza” provoca uma nova realidade que teremos que enfrentar com práticas sociais inteligentes.

Será preciso planejamento, estratégia e compreensão da nova pobreza para que ela possa ser atacada.

O mais do mesmo não vai funcionar.

03

ADOLESCENTES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Marília Rocha | Socióloga | Professora da Gerência de Gestão Social e Avaliação/OVG

Adolescência é apenas idade?

Em um primeiro momento, quando pensamos na adolescência, nos baseamos no que estabelece a legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

ECA- Artigo 2º "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade."

Mas é importante saber que a noção de adolescência, assim como a de infância, é uma construção social estabelecida na história; e, na nossa cultura, estabelecida na história do mundo ocidental.

Na Idade Média, não existia a consciência da especificidade das crianças e adolescentes. O crescimento era visto como aumento quantitativo dos aspectos físicos e mentais.

Durante o século XIX, a adolescência ficou demarcada como um período particular, com potenciais riscos e de cuidados devidos.

No século XX, a ideia da adolescência como uma etapa da vida dotada de características próprias foi consolidada. Também no século XX, as disciplinas acadêmicas começam a dedicar tempo ao estudo dessa fase da vida. Saúde clínica, mental, sociologia, antropologia, educação, entre outras, se dedicam a estabelecer características distintas a ela.

Ainda no século XX, a adolescência passou a ocupar um lugar cada vez mais importante em nossa cultura. Com a escolarização prolongada e a introdução de um sistema de ensino específico, o período de dependência dos jovens em relação aos pais cresceu. Estendeu-se o prazo entre a puberdade e

"A adolescência é um fato cultural, pois o modo como cada sociedade lida com os seus jovens é particular e articulado a todo o seu contexto sociocultural e histórico. A passagem da infância à maturidade, vivenciada como a 'crise adolescente', é um produto típico da nossa civilização".

Luciana Gageiro Coutinho

o casamento e os jovens passaram a deixar a casa dos pais cada vez mais tarde. O que conhecemos como talvez a característica mais perturbadora dos jovens, a rebeldia e o conflito geracional, consolidou-se e se expande nesse período.

Hoje, o que percebemos como característica marcante é a entrada (cada vez mais precoce) na sociedade de consumo, centrada no "hoje" (imediatismo) e na posse de objetos e as influências das novas tecnologias, da mídia, do telefone celular e da internet.

Comportamentos típicos da adolescência

Com o acirramento do individualismo, as bases de sustentação de ideais coletivos e relativamente estáveis se fragilizam e a construção de uma identidade distinta e singular pode-se tornar radical.



Na adolescência, o corpo, tomado por hormônios necessários ao crescimento e amadurecimento sexual, aliados à busca por uma identidade própria distinta dos pais, ajudam a estabelecer, na adolescência, um período de crises e emoções intensas.

É a etapa da vida marcada por picos de sentimentos, desequilíbrios e instabilidades extremas: euforia, depressão, raiva e timidez, passividade ou urgência podem ocorrer em velocidade extrema.

A adolescência, na sua trajetória de estabelecer “seu lugar no mundo”, busca novas referências e experiências, surge a necessidade de se agrupar como novas tribos/grupos para além da família: hippies, góticos, nerds, budistas, cristãos, roqueiros...

Em comum a todos os adolescentes, por mais distintas que sejam as escolhas de grupos/tribos, o esforço de encontrar um lugar no mundo.

Cada inserção é diferente nos riscos e potenciais que apresentam, mas é importante sabermos que a entrada em um grupo não sela um destino igual aos membros. Características distintas de socialização, habilidades socioemocionais, estabelecem trajetórias singulares.

A importância da escola e o papel da Assistência Social na permanência e sucesso escolar

A escola vai muito além do aspecto formal, local responsável pela passagem dos conteúdos formais e certificações necessárias à vida adulta. Ela tem um papel muito maior. É uma das principais responsáveis, junto com a família, por oferecer suporte emocional e acolhimento para que os estudantes se sintam respeitados e valorizados. Um dos objetivos da escola é auxiliar o aluno no desenvolvimento de competências socioemocionais, para que aprenda a lidar com conflitos, sentimentos e situações vivenciadas ao longo da vida.

É na adolescência quando se afloram dúvidas naturais em relação à construção da identidade. Esses questionamentos, explica a psicóloga Gabriela Laureano, incluem a definição sobre a qual grupo pertencem, o relacionamento com os pares, questões sobre a aparência, interesses e habilidades. Nessa fase, eles começam a pensar sobre a carreira, por exemplo, uma tomada de decisão importante na vida acadêmica.

A escola é um espaço fundamental nesse processo de autoconhecimento e de aprendizagem de como lidar com as emoções e problemas.

A escola tem a função da socialização, já que ocupa grande parte do tempo na vida. Por se tratar de um ambiente coletivo, é onde eles aprendem a conviver em sociedade e adquirir ou problematizar valores. É nela que o processo de vinculação e de sensação de pertencimento se intensifica.

A influência da família e da Assistência Social na vida escolar

Fala-se muito que boa parte da “culpa” das crises e problemas vividos na adolescência são de responsabilidade das famílias, mas colocar a culpa apenas na família pela “falta de pulso” é perceber apenas parte do contexto. Existem outros fatores sociais, culturais e políticos.

Em um momento em que está construindo uma identidade, o jovem pouco preparado ou acolhido em suas relações sociais acaba sendo muito vulnerável e pode facilmente ser induzido a comportamentos e escolhas erradas, quando falamos em atitudes agressivas, destrutivas, rebeldes ou adictas.

A rebeldia por si só faz parte desse período e é importante na construção de uma identidade própria. A inconformidade com regras e a necessidade de entendê-las para além da aceitação passiva do “não” fazem parte do processo de amadurecimento, mas implica na existência de espaços e serviços aberto ao acolhimento dessas dúvidas e questionamentos.

A família é o espaço número 1 de socialização e acolhimento das dúvidas, mas não pode ser o único. Seja pela dificuldade de dar conta das inúmeras questões, seja pela característica de viver o confronto com a família como forma de se distinguir como pessoa diferente e de conviver e ser aceito por seus pares (outros adolescentes).

Assim, é fundamental apoiar os jovens e suas famílias, com a abertura de espaços de encontro e socialização onde haja abertura para diálogos, trocas e facilitações para convivência do jovem em ambientes coletivos.

PARA DEBATER

1. Os conflitos típicos da adolescência são pela falta de educação e de pulso forte das famílias?
2. Escola é lugar de aprender conteúdos formais da educação e não tem responsabilidade com o crescimento socioemocional dos adolescentes?
3. A Assistência Social só deve ofertar serviços aos adolescentes com comportamentos tidos por inadequados?
4. A constituição e organização de uma rede de serviços voltados aos adolescentes não é importante no cotidiano dos CRAS e CREAS?
5. A articulação dos CRAS e CREAS com as escolas e instituições não governamentais, pensando coletivamente a atuação junto a esse público, é importante para a prevenção de comportamentos antissociais e desviantes na adolescência e para a criação de vínculos?

Além da oferta de serviços de convivência, a Assistência Social deve ter em mãos o mapeamento de uma rede de apoio que possa ir ao encontro do que o jovem quer e precisa. Deve, de forma sistemática, promover encontros e espaços de formação sobre o significado e as metodologias mais adequadas a esse trabalho.

Nesses espaços, é fundamental que ele se sinta acolhido e “validado” em seus sentimentos, sem que seja diminuído e ridicularizado.

Você já ouviu falar sobre “cuidar de quem cuida”?

É uma ideia que vem sendo cada vez mais disseminada nos últimos anos. Mas, aqui, vamos focar no trabalhador do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

No dia a dia, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e trabalhadores da assistência, lidam em sua prática de trabalho com inúmeras desproteções sociais, contradições e expressões sociais da miséria e da pobreza.

Muitos trabalhadores têm dois empregos e, além das difíceis experiências vividas, acumulam uma carga horária que chega até 60 horas semanais.

Estes trabalhadores, fundamentais para a organização da proteção social das famílias, muitas vezes não conseguem nem cuidar de suas famílias e nem deles próprios.

Quem presta assistência a quem necessita de atenção ou cuidados especiais, também sofre os efeitos negativos decorrentes do tensionamento, estresse, e das inúmeras vezes que não conseguem produzir resultados positivos por conta das difíceis condições de trabalho. Sem falar nos baixos salários, na insegurança do trabalho e no enfraquecimento da política da Assistência Social.

Tais efeitos, caso não observados de forma cuidadosa e preventiva, podem intensificar a vulnerabilidade de quem se encontra na posição de trabalhador da Assistência Social, que organiza cuidados e a própria proteção social.

Seria justo não desenvolver ações efetivas para os trabalhadores do SUAS?



Apontamos um importante caminho para um debate permanente, que é o de que, no campo da Assistência Social, essa prática do cuidado direcionada aos usuários também deve priorizar os trabalhadores do SUAS.

As possibilidades de cuidado direcionadas a quem tem no cotidiano profissional a prática do cuidado seguem escassas.

Chegamos a um ponto fundamental. O trabalhador do SUAS precisa de atenção e de proteção social.

Pobreza, fome, violência, solidão, desemprego, desalento, desproteção, risco, sofrimento,

desesperança, são apenas algumas vulnerabilidades que invadem todos os dias a vida dessas pessoas e fazem parte de suas rotinas.

Reafirmamos: não é simples lidar cotidianamente com tudo que ocorre no ambiente de trabalho. São questões que afetam o trabalhador social. Cuidar desses profissionais é uma responsabilidade que precisamos assumir como um compromisso social.

Se os trabalhadores do SUAS não estão bem, não será possível oferecer à população desprotegida socialmente no Brasil um atendimento de qualidade.

Além disso, existem demandas de trabalho que vão além das trazidas pelos usuários dos serviços socioassistenciais, que não são menos importantes e fazem parte deste sistema que perpassa a vida profissional. Sobrepostas de forma desorganizada e descuidada, podem levar o trabalhador do SUAS ao esgotamento – um conceito tão discutido quando tratamos do “cuidar de quem cuida”.

A Síndrome de “Burnout”, também conhecida como Síndrome do Desgaste Profissional ou Síndrome do Esgotamento Profissional, caracteriza-se por um estado de tensão, cansaço excessivo, estresse prolongado, que, quando não administrado de forma adequada, impacta nos aspectos físico, emocional e psicológico das pessoas, culminando no esgotamento profissional.

A partir de um estudo realizado pela International Stress Management Association (ISMA Brasil), estima-se que 70% dos brasileiros desenvolvem problemas relacionados ao estresse, sendo que 30% podem ser acometidos pela Síndrome de Burnout. Constatações como esta fizeram com que a

PARA DEBATER

1. A Gestão da Assistência social tem se debruçado na discussão da prática profissional nesta perspectiva do cuidado com os trabalhadores?
2. Você, como trabalhador do SUAS, se sente acolhido em estratégias de cuidado sobre o seu trabalho?
3. Os gestores e trabalhadores da Assistência Social, em meio a tantas demandas e desafios, têm conseguido priorizar buscar apoio para ser cuidado?
4. Como podemos melhorar o ambiente profissional, em meio a tantos desafios e demandas do cotidiano, com ações simples, porém assertivas, nesta perspectiva do cuidado com o trabalhador?
5. Você gostaria de fazer parte de um projeto que pudesse se preocupar com suas próprias desproteções sociais?

Organização Mundial de Saúde (OMS) a incluiu em 2019 na Classificação Internacional de Doenças, em uma lista que entrará em vigor em 2022.

É comum que a síndrome se manifeste em profissionais que atuam em atividades que demandam envolvimento interpessoal. Profissionais da área da Assistência Social estão entre as categorias que são mais acometidas pela doença. Este panorama aponta novas e importantes questões colocadas para a área da Assistência Social.

Nos últimos 20 anos, ouvimos falar muito em gestão. Surgiu, inclusive, a famosa expressão “Choque de Gestão”, usada em vários estados para traduzir eficiência. No entanto, gestão não precisa de choques. Gestão precisa de simplicidade, agilidade e resultados.

Gestão é o modelo escolhido para se chegar a um resultado e possui três pilares essenciais para se alcançá-lo:

- Planejamento
- Gerenciamento
- Avaliação

Para qualquer problema identificado no sistema de vigilância socioassistencial, é fundamental que se planeje o fazer, a prática, os métodos, o tempo e a equipe.

Sem planejamento, não conseguimos caminhar em direção ao resultado. Sem planejamento, realizamos ações pontuais, isoladas e quase sempre desconectadas do problema identificado.

Para não nos perdermos, é preciso o gerenciamento do que planejamos.

É preciso acompanhar cronograma, relatórios, reuniões de equipe e, de forma simples, perceber quais são os ajustes que precisam ser feitos no planejamento.

Não existe planejamento estático. Todo planejamento, a partir do gerenciamento, passa por alterações necessárias para se chegar ao resultado.



Também é com o gerenciamento, a partir de um monitoramento simplificado, que detectamos atrasos, erros e alterações metodológicas sem consenso da equipe.

O gerenciamento é fundamental para não pegarmos os perigosos atalhos, ou mudarmos totalmente de estrada, levando o projeto para um vazio completo.

E a avaliação não pode, jamais, ser esquecida. Contudo, é importante deixar claro que não se avalia no final de uma ação. A avaliação é durante o processo e de forma permanente.

.....

A avaliação mede a qualidade e o resultado.

Na Assistência Social, é preciso que os usuários avaliem, que os trabalhadores avaliem e que os gestores avaliem de forma individual e coletiva.

Avaliar é buscar sinceridade sobre o resultado, entender erros e buscar rumos diferentes, respeitar a proposta que foi feita e garantir transparência em sua realização.

Para muitos, gestão exige instrumentos sofisticados que tomam tempo e respondem pouco ao objetivo. A gestão que não é simples busca certa "soberba" completamente desnecessária para o andamento da proposta.

Uma gestão na qual o planejamento é mais visual do que prático não nos leva ao fazer e ao resultado. Uma gestão que dificulta o gerenciamento criando modelos complexos e "vaidosos" está mais preocupada com o meio do que com o fim.

E a gestão que não faz avaliações permanentes é uma gestão covarde. É uma gestão escondida.

A Assistência Social precisa construir seu modelo de gestão. Isso é urgente, sem dúvidas, mas buscando a simplicidade.

Às vezes, aliás, muitas vezes, se constroem modelos de gestão que servem apenas para vaidades passageiras. Precisamos de modelos de gestão que se preocupem de fato com a mobilidade social.

PARA DEBATER

1. **Você trabalha com modelos de gestão em Assistência Social?**
2. **Você planeja e faz a gestão do seu trabalho e de sua equipe?**
3. **O gerenciamento foi incorporado na prática de seu trabalho?**
4. **Você concorda que os usuários dos serviços assistenciais têm o direito de avaliar o trabalho desenvolvido?**
5. **Você avalia de forma coletiva o trabalho realizado?**

A vida de todos idosos institucionalizados importa - Uma longa história de Institucionalização

A história do Brasil é marcada pelos antigos e perversos "asilos".

Idosos abandonados pelas famílias iam parar nas ruas ou instituições sem respeito humanitário e com profundo desprezo por suas vidas.

Eram depósitos de tristes histórias.

As mudanças começaram em 1996, com a implantação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que assegura um salário mínimo para idosos em extrema pobreza.

De 1996 até 1999, o programa voltou-se para idosos com mais de 70 anos. De 1999 até a implantação do Estatuto do Idoso, aos com mais de 67 anos. A partir da nova legislação, aqueles com mais de 65 anos.

O BPC garante condições para que a família tenha como cuidar do idoso. Foi o início do fim dos asilos "sem alma" no Brasil.

Mas por que ainda temos Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)? Há algumas explicações:

- Idosos solitários;
- Por decisão do próprio idoso;
- Quebra do vínculo familiar;
- Casos de violência;
- Abandono.

Com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), várias regulações foram desenvolvidas para garantir que as ILPIs tivessem níveis de qualidade no atendimento, que nada lembram os asilos do passado.



Proteção Social de Alta Complexidade

As ILPIs são serviços tipificados, na modalidade da Proteção Social de Alta Complexidade, e requerem cuidados diferenciados.

O que é importante saber?

As ILPIs devem seguir a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC/Anvisa, que define as normas de funcionamento de tais equipamentos.

Definições

Os idosos são definidos da seguinte maneira:

Grau de Dependência I - idosos independentes;

Grau de Dependência II - idosos com dependência em até três atividades de autocuidado;

Grau de Dependência III - idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo. Não conseguem mais realizar atividades sozinhos;

Estrutura Física da ILPI

Pisos nivelados e rampa com corrimão que facilitem a mobilidade dos acolhidos na instituição;

Os dormitórios devem possuir, no máximo, quatro camas;

Quartos separados por gênero;

Os banheiros devem possuir barras de apoio.

Recursos Humanos

As equipes são compostas de acordo com o grau de cuidado ao acolhido, por profissionais de diversas formações, como assistente social, psicólogo, nutricionista, terapeuta ocupacional, enfermeiros, técnicos de enfermagem, cuidadores de idosos, fisioterapeutas e auxiliares de serviços gerais. Em algumas unidades pode haver a presença de médicos e pedagogos.

E a família?

A família pode reconhecer suas limitações e suas próprias desproteções e solicitar que o idoso seja acolhido em uma ILPI. Nada tem de maldade nessa decisão, mas é preciso parecer técnico para o acolhimento.

Em muitos casos, a família toma essa decisão para proteger o idoso que precisa de cuidados contínuos e especiais.

Nosso trabalho deve ser sempre de estimular que a família mantenha vínculo com o idoso, que participe das atividades e encontros, que são ações desenvolvidas pela equipe técnica do equipamento.

No entanto, ainda há famílias que não querem, de fato, cuidar do idoso e fazem de tudo para que este deixe o convívio familiar. Nesse caso, estar na ILPI é uma estratégia de proteção.

A equipe técnica deve buscar aproximação com a família mesmo que seja muito difícil.

Todo idoso é igual?

Essa percepção generalizada é errada. Os idosos possuem uma história de vida. Essa história precisa ser conhecida cuidadosamente pela equipe técnica. Por meio de técnicas próprias, podemos

conhecer uma caminhada longa que pode traduzir perfeitamente o comportamento do idoso na instituição.

Teremos idosos tristes, alegres, inertes, deprimidos, resilientes e idosos que aguardam silenciosamente a morte.

Não conseguiremos trabalhar sem conhecer essas histórias e sem dialogar com a família.

Estar em uma ILPI é o fim?

Estar acolhido em uma ILPI não significa que a vida do idoso chegou ao fim. Pelo contrário, nosso trabalho é pela qualidade e valorização da vida.

Nosso trabalho deve ser sempre recuperar a ideia de vida.

Estar em uma ILPI não é o fim da vida. É um momento da história daquela vida e, por isso, é fundamental que a agenda de trabalho seja dinâmica, ativa e ressignifique aquele momento do idoso.

A equipe precisa criar um Plano Individual de Atendimento (PIA) para cada idoso.

O que é o PIA?

É um instrumento de trabalho que deve conter os registros de informações pessoais, histórico familiar, entre outras questões dos idosos. Cada categoria profissional (assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, nutricionista, enfermagem) tem sua participação nesse documento e todo plano é elaborado a partir das demandas relatadas pelos acolhidos. Tudo deve ser registrado.

PARA DEBATER

1. As ILPIs são equipamentos necessários para a Proteção Social no Brasil?
2. É maldade uma família pedir encaminhamento de um idoso para ILPI?
3. A equipe deve trabalhar a reinserção familiar ou comunitária do idoso em que casos?
4. Você conhecia o PIA? Já trabalhou em algum?
5. É justo o BPC ficar com a família enquanto o idoso está institucionalizado?

As demandas serão individuais e o planejamento das ações será específico, sendo que a atualização deve ser frequente, a fim de que seja constituído um fluxo e uma rotina de trabalho. O importante é que as demandas sejam atendidas e o acompanhamento seja efetivo e ético. Tudo deve ser conversado com o idoso sempre.

Sinais de Vida

Existem várias histórias de idosos que se conhecem, namoram e até se casam. Esse é um sinal de vida. Existem histórias de idosos que voltam a trabalhar na sua antiga profissão, ou em uma nova. Sinal de vida. Existem histórias de idosos que se juntam e montam repúblicas como moradia. Sinal de vida.

Durante décadas, coube ao Serviço Social, sobretudo, de hospitais, a comunicação do óbito.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, houve um movimento forte para que a comunicação do óbito fosse realizada pelos médicos, que teriam condições efetivas de explicar para as famílias a causa real do óbito.

Mesmo assim, isso não afastou o Serviço Social da proximidade com as famílias que perderam seus entes queridos, pois precisavam de apoio.

No final dos anos 90, a Assistência Social, de forma muito tímida, iniciou pequenos esforços de trabalho sobre "luto", pois perdas de vidas estavam sendo significativas para a organização familiar.

Em geral, as mortes que mais desagregam famílias são as de chefes de família, acidentais, precoces e de filhos.

Foi ficando demarcado no trabalho que as mortes inesperadas não possibilitaram um processo de "despedida" entre a família e a pessoa que se foi. Vários sentimentos foram desenvolvidos nesse processo, como depressão, culpa, medo e paralisia sobre o futuro nas famílias.

Mortes derivadas de suicídios, homicídios e feminicídios também geram nas famílias sentimentos de tristeza ativa, que culmina em paralisia.

A Assistência Social não podia ficar tratando de auxílio funeral ou apoiar apenas com questões burocráticas. Trabalhadores da Assistência Social começaram a estudar como o luto estava representando desagregação familiar e fragilizando a família em seu papel protetivo.



Algumas importantes (porém tímidas) experiências foram desenvolvidas para trabalhar este novo tema.

O luto exige da família decisões práticas para sobrevivência.

O luto em alguns momentos traz profundas divergências sobre patrimônio, por menor que seja.

O luto coloca desafios sobre a liderança da família.

O luto, em muitos momentos, traz assuntos que estavam "escondidos" da família.

Trabalhar o luto e seus passos, que atravessam momentos de dor, indignação, paralisia, revolta e conflitos é, sem dúvida, uma atividade assistencial que pode ser protetiva.

Covid-19

A pandemia da Covid-19 trouxe medo diário para as famílias. Morrer durante aquele momento passou a ser uma real possibilidade.

No Brasil, a pandemia causou mais de 450 mil mortes até maio de 2021.

Uma família que perde um ente de Covid-19, além de tudo que já tratamos, sente também revolta, tristeza e muito sofrimento, pois algumas interações duram meses e a família fica distanciada da pessoa.

Mortes pelo novo coronavírus não permitem velório, visualização do corpo e o processo de despedida.

Perder alguém da família para uma pandemia que surgiu de uma hora para outra gera, sem dúvidas, dores enormes nas famílias, e pode gerar os mesmos problemas já citados, o que esfacela a família como espaço protetivo.

E se a família deixa de proteger, viveremos novas ondas de desproteções.

Inquestionavelmente, a Covid-19 e suas mortes aprofundam a urgência da Assistência Social de iniciar ações nas quais o luto tenha espaço no trabalho social.

É um incremento no trabalho, mas é, acima de tudo, um forte movimento de organização de proteção social familiar.

PARA DEBATER

1. O luto seria de fato uma desproteção social?
2. A Assistência Social pode iniciar estudos, estágios e formação para debater luto e desproteção social?
3. O luto, ao gerar desagregação familiar pelos motivos citados no texto, pode, de fato, reforçar um novo momento de desproteção familiar?
4. O trabalho do luto deve ficar no campo religioso ou devemos desenvolver técnicas e experiências de trabalho sobre o tema?
5. Você teria interesse em fazer parte de um grupo de estudos sobre o trabalho da Assistência Social em relação ao luto no pós-Covid?

O machismo constitui um sistema de representações e de dominação. Ele usa o argumento do sexo biológico, para mistificar as relações entre homens e mulheres. Cria uma hierarquia – um dominante e um dominado –, e distribui papéis e funções sociais. É um modelo de pensamento que associa “ser mulher” e “ser homem” com determinados comportamentos, formas de pensar e se relacionar.

Refletir sobre machismo e dominação é importante para o trabalhador do SUAS.

É caminhar na identificação e reconhecimento de uma perversa realidade.

Precisamos dar visibilidade ao machismo e possibilitar o enfrentamento adequado para a construção da igualdade.

Nomear e dar visibilidade ao machismo é fundamental para a percepção de que as mulheres em situação de pobreza – que já convivem com a ausência de oportunidades e possibilidades materiais de mudança, experimentam alto grau de isolamento social e, inúmeras vezes, estão submetidas também a um lugar de subalternidade nas suas relações familiares. Obedecem ou se submetem a maridos, filhos, pais e irmãos, que tomam as decisões sobre seu destino e o destino da família simplesmente porque são homens.

Onde anda o pai de família? - a invisibilidade dos homens nas políticas sociais.

"O machista é uma ideia do que é ser homem, que na verdade sacrifica um monte de qualidades humanas, e acaba fazendo com que ele perca o interesse genuíno pelo que está vivendo. É uma grande cegueira

Fred Matos, Psicólogo e Escritor

- *Eu não vim ontem porque não consegui sair do trabalho.*

- *E por que o pai não veio? Ele não está em casa? Poderia ter vindo.*

- *Tá de brincadeira comigo, moça? E ele quer saber de negócio de reunião, nem de nada? E se sabe que o menino tá dando problema aqui, ele tira ele daqui e ainda dá uma surra. Ele é desempregado, mas não é desocupado. Ele que diz assim.*

(Conversa entre a psicóloga e uma usuária do SUAS - atendimento no CRAS)

Ao olhar para a família como núcleo de proteção social e também como sujeito de direitos, o trabalhador social deve planejar o apoio e o



cuidado para que ela possa, de fato, cumprir esse papel. O enfrentamento das desproteções deverá reconhecer as possibilidades, fragilidades, e o contexto socioeconômico e cultural daquele mundo familiar. As estratégias de enfrentamento serão tão mais eficazes quanto mais se adequarem à dinâmica de cada família - como organizam sua sobrevivência, seus afetos, suas relações e redes de apoio.

Na definição dessas estratégias de enfrentamento da pobreza junto às famílias usuárias do SUAS, como têm sido incluídos os homens na proteção social?

Pesquisas e estudos mostram que o machismo arraigado nos papéis tradicionais de gênero afasta os homens do universo do cuidado e da inclusão – “cuidado é coisa de mãe, de avó, de

mulher”. Desde pequenos, os homens ganham carros de brinquedos, aviões, armas. Meninas ganham bonecas, panelinhas, casinhas. Estariam os homens sendo encaminhados diretamente para políticas públicas de inclusão produtiva e as mulheres para as políticas de Assistência Social?

Nesse cenário, uma questão que parece incontornável para o trabalhador do SUAS é como garantir a matricialidade sociofamiliar, incluindo toda a família, para que essa diretriz não se transforme em responsabilização apenas da mulher. Ou ainda, como envolver os homens do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), nos atendimentos e acompanhamentos familiares, e contribuir para a ampliação desse espaço de proteção que é a família, fortalecendo vínculos entre homens e mulheres, pais e filhos.

Os serviços oferecidos pela Assistência Social devem contribuir para consolidação de uma família como núcleo protetor em que todos os membros possam ser envolvidos num projeto de emancipação e superação da pobreza. Para isso pode ser necessário romper estereótipos e lançar um olhar sobre o “pai de família”, sobre o “provedor”, o “dominador”, que fragilizado pela pobreza pode encontrar na opressão e na violência uma forma de afirmar sua masculinidade. E mais importante, ele também precisa de apoio e proteção para reconstruir sua presença na família.

Todos são atingidos

Abrir espaços de diálogo entre homens e mulheres, ou apenas entre homens, nos quais eles possam expressar a sua vivência e suas dificuldades em relação aos desafios que a pobreza e a desproteção social lhes colocam, é uma estratégia preciosa para sua inclusão no movimento de travessia da família.

Pesquisas junto a homens indicam uma demanda por seu envolvimento em debates e ações educativas, como espaços de acolhimento para discutir paternidade responsável, masculinidade e família. Assim como grupos reflexivos com autores de agressões contra mulheres ou crianças.

Para os homens dos segmentos mais pobres da população, essas questões podem ser mais contundentes, na medida em que têm poucos recursos e espaços onde possam falar sobre o assunto.

PARA DEBATER

1. Existe, nas equipes dos CRAS, a preocupação de efetivamente incluir os homens no PAIF?
2. Quais são as demandas que levam homens a procurar o CRAS?
3. As demandas e desproteções dos homens são distintas das demandas das mulheres?
4. O machismo colabora para a pobreza e exclusão de meninas e mulheres?
5. O machismo afeta negativamente somente a vida das mulheres ou homens também pagam um preço por essa postura?

Portanto, discutir machismo, equidade de gênero e papéis sociais se coloca na agenda dos gestores públicos e dos trabalhadores sociais como um caminho para uma aproximação humanizada e eficiente dos usuários das políticas públicas. São questões que impactam concretamente as relações familiares, comunitárias e sociais. Construir planos de mudança e travessia implica na aproximação dessa realidade concreta, onde as relações entre homens e mulheres, os novos arranjos familiares e a agudização da pobreza configuram cenários a serem decifrados, para que o trabalho seja possível.

No trabalho social, quando abordado o tema das políticas públicas setoriais, como por exemplo, assistência social e educação, é comum nos depararmos com a ideia de “intersectorialidade”.

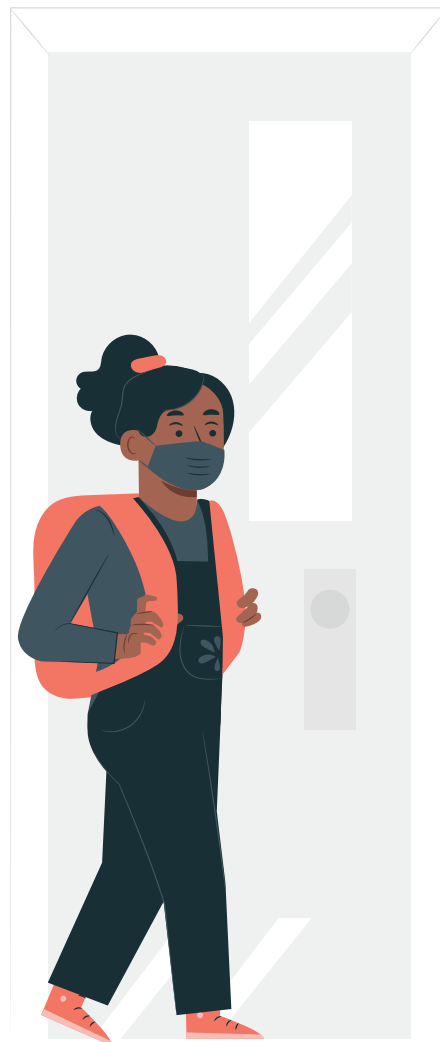
O Parágrafo Único do Art. 2º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), há muito tempo, já nos trouxe a ideia de intersectorialidade quando diz que “A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais”.

De fato, a intersectorialidade é um importante mecanismo das políticas sociais para a resolução de problemas complexos, como a superação da pobreza, e neste cenário, a articulação entre Assistência Social e educação se coloca como fundamental neste caminho.

A definição de pobreza vai muito além de questões meramente relacionadas à renda. Ela é multidimensional, e a ausência da educação é um importante indicador dessas múltiplas dimensões.

A evasão escolar é o pior caminho para a consolidação da pobreza em uma família. Nesta perspectiva, e tendo em vista que um dos pilares da assistência social é seu enfrentamento, é fundamental a articulação dos trabalhadores do SUAS com os trabalhadores da educação.

Em momentos de crise, as políticas de Assistência Social e educação logo sentem seus impactos. Os equipamentos da Assistência Social, como os CRAS, vivenciam um acentuado aumento das



demandas sociais, e os equipamentos da Educação, as escolas, vivenciam a triste realidade da evasão dos alunos, principalmente os oriundos das famílias mais pobres. Porém, mesmo nos que persistem, são percebidas questões comportamentais como faltas, diminuição do rendimento, apatia, diminuição da atenção, agressividade, entre outros efeitos colaterais, reforçando que muitas questões só podem ser compreendidas e enfrentadas quando consideradas nesta perspectiva multidimensional.

Ainda no caminho desses efeitos colaterais percebidos nos equipamentos sociais da Assistência Social e educação, demais situações como insegurança alimentar e trabalho infantil, só citando alguns exemplos, também remetem a graves situações de desproteção social, vulnerabilidade e risco, que, em último grau, também expulsam crianças e adolescentes do importante processo de formação escolar, fundamental para a interrupção de ciclos geracionais de pobreza.

Esta breve análise de algumas questões sociais relativas a Assistência Social e educação já nos permite, a princípio, algumas afirmações, descritas a seguir, e uma importante questão norteadora para debater.

Os usuários da Assistência Social e da educação em grande parte são os mesmos, ou seja, muitas vezes as mesmas crianças e adolescentes que estão nas escolas, pertencem às mesmas famílias acompanhadas pelos CRAS.

A situação educacional do estudante também é influenciada por fatores sociais que interferem em seu rendimento, assim como o processo educacional é fundamental para a construção de perspectivas positivas de futuro. Por isso a necessidade dos CRAS se aproximarem das escolas e as escolas se aproximarem da realidade dos estudantes e suas famílias, nesta perspectiva intersetorial, e compreendendo-os como sujeitos diversos e multidimensionais.

A articulação intersetorial nos coloca a possibilidade de resolver problemas e superar desafios complexos. Daí a necessidade de integração entre as políticas governamentais.

PARA DEBATER

1. Quais as dificuldades na persistente falta de diálogo entre CRAS e Escola?
2. A escola deve se preocupar apenas com aprendizagem e rendimento?
3. Violência, pobreza, renda, insegurança alimentar, condições habitacionais, vulnerabilidade e risco social, relações familiares e comunitárias, são questões debatidas entre as equipes da Educação e da Assistência Social de forma conjunta?
4. Na sua experiência profissional, você já vivenciou articulação entre trabalhadores da educação e trabalhadores do SUAS.
5. Quais os caminhos possíveis para que haja, de fato, articulação entre CRAS e escola?

Encontros periódicos e diálogo sistêmico entre as políticas de Assistência Social e educação são as bases para a superação de dificuldades enfrentadas no cotidiano de trabalhadores de ambas as áreas. São nesses encontros que serão pensadas, de forma conjunta e prática, a resolutividade dos problemas das famílias que acessam os equipamentos da Assistência Social e Educação.

A consolidação de mecanismos e metodologias para esses encontros e diálogos será fundamental para a garantia dos direitos socioassistenciais, e conseqüentemente, para a superação do ciclo intergeracional de perpetuação da pobreza.

O objetivo central do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é deter a pobreza e garantir inclusão social sustentável.

O PAIF é o principal serviço da Proteção Social Básica. Se o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) não desenvolve o PAIF, ele não é CRAS.

O CRAS, para ter condições de desenvolver o PAIF, deve ter a equipe mínima preconizada na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A família deve querer participar do PAIF.

E como atingir nossos objetivos?

Sempre definindo o caminho a trilhar e os desafios a superar.

A Política de Assistência Social organizou os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para estruturar a proteção social, fortalecer vínculos familiares e comunitários e garantir seguranças sociais.

Sim! Seguranças Sociais.

Segurança não é apenas um conceito para a violência, mas para garantia de cidadania.

Sem seguranças sociais e cidadania consolidadas, a vida familiar e comunitária fica fragilizada.

Sem a garantia desse conjunto de seguranças, o trabalho da Assistência Social não conseguirá deter a reprodução da desigualdade e da pobreza entre gerações.

Quais seriam as seguranças sociais que a Assistência Social deve garantir?

1. Segurança de Acolhida
2. Segurança Social de Renda
3. Segurança de Convívio Familiar e Comunitário
4. Segurança de Autonomia
5. Segurança de sobrevivência a riscos e vulnerabilidades circunstanciais
6. Segurança Alimentar

É tão comum ver a pobreza passar de geração em geração, pois não estamos conseguindo garantir inclusão social sustentável. Incluir em projeto ou programa não quer dizer que estamos detendo a pobreza e a desigualdade.

O desenho do PAIF é a literal tradução do compromisso da Assistência Social de que a pobreza não pode e nem deve ser geracional. É a construção do consenso prático de que a pobreza e as inseguranças sociais podem ser superadas.

De que a Assistência Social tem um compromisso de mobilidade social com as famílias e de que o atendimento social não pode ser por demanda pontual.

O PAIF deve encontrar seu público:

- Por procura da família ou indivíduo

- Por busca ativa
- Por encaminhamento da própria rede assistencial
- Por encaminhamento das demais políticas públicas
- Sempre com o objetivo de deter a pobreza

O atendimento pode se realizar:

- Por atendimento individual ou coletivo
- Por oficinas com as famílias
- Por ações comunitárias
- Por encaminhamento

Sempre devemos fugir do blá-blá-blá e garantir pertencimentos, garantir resolução de problemas das famílias.

O PAIF não é um espaço terapêutico. É uma ação para enfrentar os problemas sociais, de convivência e materiais de uma família.

Se perdermos de vista que o problema deve ser resolvido, estamos transformando o PAIF em mais um serviço que não vai deter a pobreza.

O objetivo do PAIF deve sempre ser repetido: deter a pobreza.

Mas, é preciso repetir: não existe PAIF com a Assistência Social achando que pode resolver tudo. A Assistência Social não é uma ilha e, se ela não interage ou dialoga com outras políticas públicas, não iremos deter a pobreza.

O que fazer?

Estude o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Mapeie os territórios mais urgentes socialmente da cidade.

Identifique as famílias em que a pobreza esteja destruindo vínculos familiares e comunitários e comece por elas.

PARA DEBATER

1. Seu CRAS realiza o PAIF ou prioriza o plantão social?
2. Demandas espontâneas que surgem no atendimento social ou nas abordagens de risco são oportunidades de incluir famílias no PAIF?
3. É possível fazer a travessia da exclusão para inclusão social a partir do PAIF?
4. Como realizar o PAIF com o aumento da pobreza e da insegurança alimentar?
5. Como trabalhar com os novos arranjos familiares que vão se consolidando no Brasil?

Uma história para se lembrar

Em 2000, em âmbito federal, passou-se a discutir a integração dos programas de transferência de renda. Não foi um debate fácil. Os Ministérios não queriam abrir mão de seus programas, mesmo que isso causasse muitos transtornos à população pobre e a uma total desintegração das políticas públicas no Brasil. Não havia articulação social.

Havia ilhas de transferência de renda que geravam pouquíssimos resultados.

Somente no final de 2003 decidiu-se finalmente pela unificação por meio de uma Medida Provisória, que é votada como lei em 2004.

A Lei 10.836/2004

O Programa Bolsa Família foi regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 2004, que exigiu do governo a criação de uma secretaria executiva, por ele responsável: ainda hoje, a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania faz a gestão do Bolsa Família.

Foi um início difícil de Unificação, que não teria sido possível sem a fundamental participação dos municípios. Coube aos municípios a implantação do Cadastro Único, a centralização das informações e, finalmente, a distribuição de um único cartão de transferência de renda.

O Bolsa Família é um programa de segurança social de renda que agrega objetivos secundários:

- Estruturar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares;



- Incentivar o desenvolvimento local dos territórios;
- Assegurar prioridade para os mais pobres;
- Aumentar a eficiência e a efetividade do uso dos recursos;
- Combater a pobreza na desproteção de renda.

O principal motivo da unificação dos programas de transferência de renda foi a compreensão que a família era única, e deveria ser acompanhada de forma articulada.



Os Programas que foram unificados no Bolsa Família:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) (1996)
- Programa Bolsa Escola, do Ministério da Educação (2000)
- Programa Bolsa Alimentação (2000)
- Programa Agente Jovem (1999)
- Auxílio Gás ou Vale Gás (1999)
- Cartão Alimentação do Fome Zero (2003)

Porém o Programa Bolsa Família buscou novos objetivos em sua prática:

- Ampliar o acesso das famílias às políticas públicas responsáveis por garantir direitos sociais;

- Incentivar a articulação entre as políticas públicas;
- Implementação de ações para a superação da pobreza extrema e da pobreza das famílias beneficiárias.

Mas, sem dúvidas, o maior objetivo do Bolsa Família foi aumentar a escolaridade, combater evasão e repetência escolar e estimular as famílias a acreditarem que o único processo de mobilidade social se dá por meio da Educação.

Foco na Educação:

Matricular crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e garantir frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% de jovens de 16 e 17 anos.

Foco na Saúde:

- Pré-natal e consultas periódicas;

- Manter vacinação de crianças;
- Desenvolvimento do crescimento e nutricional.

Vamos conhecer os critérios de elegibilidade das famílias?

- Famílias que estejam em situação de pobreza e extrema pobreza, cadastradas no CadÚnico;
- Definição de família em situação de extrema pobreza: renda per capita familiar mensal igual ou inferior a R\$ 89;
- Definição da família em situação de pobreza: renda familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178.

**Vale destacar que estes dados são do dia 14 de maio de 2020.*

Vamos conhecer os critérios para definir o valor do benefício?

- Renda per capita familiar mensal;
- Composição familiar: presença de crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes;

Tipos de benefícios:

- a) Benefício Básico
- b) Benefício Variável
- c) Benefício Variável vinculado ao adolescente
- d) Benefício Variável de extrema pobreza

PARA DEBATER

1. Você acha que o Programa Bolsa Família combate à pobreza?
2. Os valores do Bolsa Família estão adequados para garantir seguranças sociais das famílias?
3. A família deve ter tempo determinado no Bolsa Família para não se acomodar?
4. O CRAS consegue realizar o acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família?
5. No seu município, o Bolsa Família conseguiu articular as políticas de Assistência Social, Educação, Habitação, Saúde e Trabalho e Renda?

E os atuais Valores?

- Benefício Básico: R\$ 89;
- Benefício Variável: R\$ 41;
- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): R\$ 48;
- Famílias com renda mensal de até R\$ 178 por pessoa, que tenham jovens de 16 e 17 anos.

**ATENÇÃO: Cada família poderá receber no máximo dois BVJs!*

12

REPARAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Marcelo Reis Garcia | Assistente Social | Professor de Práticas Sociais

Existem várias interpretações sobre a palavra reparação. Quero caminhar pela sua tradução que indica o atual momento que estamos vivenciando: restaurar.

A pandemia da Covid-19 foi devastadora. Como uma guerra que ainda não terminou, deixou marcas profundas nas famílias, comunidades e no País. As perdas foram enormes.

Nunca teremos de volta os mais de 450 mil mortos (número quando esse texto foi escrito).

Sabemos que, se a pandemia tivesse sido tratada sem negacionismo ou com responsabilidade, poderíamos ter perdido menos (muito menos) brasileiros.

As mortes deixaram filhos órfãos.

As mortes deixaram famílias sem seus principais provedores.

As mortes encontraram regras de uma nova previdência social.

As mortes deixaram famílias desprotegidas.

As famílias, além das graves perdas afetivas, também tiveram perdas materiais.

Também houve refluxo educacional com crianças e adolescentes, sobretudo, de escolas públicas, tendo aulas "remotas" mesmo sem acesso à internet ou possuir um smartphone.



Houve aprendizagem?

Adolescentes e Jovens deixaram a escola? Vão voltar?

Adultos perderam seus empregos. Vão conseguir recolocação no mundo do trabalho?

Jovens se formaram e não conseguiram seu primeiro emprego. Conseguirão?

Famílias deixaram de pagar a mensalidade da casa própria. Conseguiram manter a propriedade?

Famílias se endividaram tentando pagar aluguel, planos de saúde e escola. Como conseguirão pagar essas dívidas?

Famílias precisaram se desmembrar por falta de moradia. Uns foram para a casa da avó, outros para os tios. Conseguirão se unir novamente?

As questões são inúmeras. Poderia escrever várias, mas o que mais me provoca nesse momento é como o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) vai se preparar para trabalhar o processo de reparação/restauração.

Quando uma guerra acaba, nos deparamos com a vitória ou a derrota, mas, mesmo na vitória, temos perdas irreparáveis e traumas emocionais, sociais e econômicos que precisam de muita atenção.

No caso da pandemia no Brasil, estamos saindo derrotados. O número mostra devidamente isso.

Como lidar com essa derrota e com os traumas que teremos que lidar?

Deixar o tempo cuidar?

Não. Não podemos deixar que os anos tentem dar conta do que foi provocado pela irresponsabilidade do Governo Federal e de negacionismos.

Estamos diante do momento de formar trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social no processo de reparação.

O trabalho da proteção social com certeza terá que se reorganizar para dar conta do que já chamei de "nova pobreza" e da dívida social, humanitária, econômica e emocional com a população que foi totalmente atingida.

PARA DEBATER

1. Você concorda com o conceito de reparação para o pós-Pandemia?
2. Você se sente preparado para trabalhar no CRAS com movimentos de reparação?
3. O trabalho de reparação é tarefa da Assistência Social ou de todas as demais políticas públicas integradas?
4. A sociedade civil tem papel no trabalho de reparação?
5. Qual a melhor tradução na sua visão para o conceito de reparação?

Leila Aquilino | Socióloga | Professora da Gerência de Gestão Social e Avaliação/OVG

A pobreza tem muitas expressões que precisamos debater, estudar e compreender. Durante muitas décadas considerou-se que a pobreza se explicava apenas pela ausência de renda.

Não se levava em conta outras expressões, como habitação, falta de escolaridade, falta de formação profissional, violência social e tantas outras.

Em geral, economistas tratavam a pobreza como falta de renda. A partir disso, o debate sobre transferir renda ganha corpo em vários países e, em particular, no Brasil na década de 1990.

Nós, autores deste caderno, sempre discordamos desta certeza construída.

Nossa compreensão sempre foi de que a segurança social de renda é uma das estratégias de proteção social que também combatem a pobreza, mas não é a única.

Foram precisos 20 anos para que se compreendesse que a transferência de renda não supera pobreza de forma solitária, como se acreditou por tantos anos, e apenas implementou o conceito da "gestão diária da pobreza".

A segurança de renda é um direito social que deve se articular a outras seguranças sociais.

Transferência de renda isolada de outras políticas jamais organizará a travessia social da família, passando da exclusão para uma inclusão social sustentável.



A renda isolada não supre plenamente as necessidades da família, portanto as políticas sociais que asseguram direitos básicos são indispensáveis como complementares à transferência de renda. É necessário que sejam endereçadas aos territórios, políticas de habitação, saneamento básico, saúde, educação, esportes, lazer e cultura.

O acesso de qualidade à saúde pública, à educação, ao saneamento básico, ao transporte, entre outras políticas, é que garantem a efetiva mobilidade social da família.

Breve história de programas nacionais de transferência de renda no Brasil:

● **1996** - Benefício da Prestação Continuada (BPC), voltado para idosos e pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza. (Vale destacar que o BPC é um benefício assistencial)

● **1996** - Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

● **1999** - Agente Jovem

● **1999** - Vale Gás

● **2000** - Bolsa Escola

● **2000** - Bolsa Alimentação

● **2003** - Fome Zero

● **2004** - Bolsa Família (funciona até hoje)

● **2020 e 2021** - Auxílio Emergencial Covid-19

PARA DEBATER

1. O Brasil ainda realiza a gestão diária da pobreza?
2. Queremos pobres vivendo de bolsas ou superando a pobreza?
3. A segurança social de renda é uma das estratégias de proteção social, ou a única estratégia?
4. Para você, o que é travessia social?
5. Para você, o que é inclusão social sustentável?

14

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Danilo Costa | Gestor de Informação | Especialista em Gestão do SUAS
Professor da Gerência de Gestão Social e Avaliação | OVG

Vigilância Socioassistencial é um mecanismo fundamental para o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pois consiste em procedimentos de sistematização de dados e produção de informações sobre os riscos e vulnerabilidades sociais (demandas), assim como, dos serviços ofertados. Simplificando, é um processo de conhecer para poder agir e gerar resultados.

A vigilância deve ser compreendida como uma postura de atenção com as famílias e as questões que se manifestam na convivência familiar, sobretudo no território em que vive. A base da vigilância está na organização de observações, dados e informações que se estruturam em movimentos:

- **Escuta** – por meio do atendimento familiar ou da visita domiciliar é uma estratégia de vigilância que podemos chamar de primária.

No diálogo com a família se inicia o desenho da vigilância socioassistencial;

- **Acompanhamento dos riscos e vulnerabilidades das famílias no território** - a presença física dos técnicos estrutura olhares diferenciados sobre as desproteções locais;
- **Acompanhamento permanente** - realizado com dados produzidos pelos próprios trabalhadores sociais, por meio de busca ativa e do Cadastro Único, ou por meio de outras fontes de informações como o IBGE e demais institutos de pesquisa;
- **Monitoramento e avaliação dos serviços ofertados** pela rede socioassistencial (estatal e privada) de forma a conhecermos a capacidade protetiva do território e a efetividade das ações.



Todos estes movimentos descritos têm como objetivo central a organização das capacidades de se gerar resultados, devendo estabelecer um fluxo contínuo e cíclico que se inicia observando as demandas das famílias e do território, subsidiando o planejamento dos serviços a serem ofertados; o monitorando de tais serviços de forma a identificar possíveis adequações; bem como, avaliar a efetividade dos resultados, ou seja, se estão provocando mobilidade social e garantindo inclusão social sustentável.

A vigilância deve ser ponto de contato com outras políticas pública. A Saúde, por exemplo, possui um amplo Programa de Saúde da Família (PSF), que também atua de forma territorializada, realizando, inclusive, visitas domiciliares para acompanhamento. A vigilância socioassistencial, no âmbito do SUAS, quando realizada de forma

articulada com outras políticas, amplia seu potencial de atuação e de resultados.

É importante que as áreas responsáveis pela vigilância socioassistencial empreguem esforços para aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos de captação de dados e de publicação das informações, atuando para torná-los de mais fácil compreensão. Os instrumentos mais comuns e conhecidos são o diagnóstico social, painel de indicadores, notas técnicas, relatórios de monitoramento e de avaliação.

Por fim, é importante compreendermos que a vigilância é uma ferramenta de diálogo para que a gestão, os trabalhadores e os cidadãos possam refletir as questões do território e, assim, construir ações que respondam de forma concreta as desproteções vivenciadas pelas famílias.

PARA DEBATER

1. O CRAS em que você atua consegue realizar vigilância socioassistencial?
2. No CRAS em que você trabalha, as ações são definidas a partir de fatos isolados ou por meio de um debate fundamentado em dados e informações?
3. No CRAS em que você trabalha, as ações são construídas a partir de movimentos de vigilância ou são ações que ocorrem por demanda?
4. No CRAS em que você trabalha, há momentos para se pactuar os indicadores que norteiam o monitoramento e avaliação das ações?
5. No CRAS em que você trabalha, há articulação de dados e informações com outras políticas como Educação e Saúde?

15

VISITA DOMICILIAR

Naira Araújo | Assistente Social | Professora da Gerência de Gestão Social e Avaliação/OVG

No dia a dia do trabalho na Assistência Social, chamamos as visitas domiciliares de “VD” - um instrumental de trabalho, como o atendimento social, o grupo de convivência e os encaminhamentos.

É bem verdade que temos cada vez menos essa prática em nossa rotina e cada vez menos equipes realizando as VDs.

E por quê?

Aos poucos, a Assistência Social perdeu a técnica de realizar a VD e a família passou a ser “fiscalizada”. Em vez de uma técnica de acompanhamento, os técnicos passaram a fazer visitas de fiscalização.

Não somos fiscais.

Somos trabalhadores do SUAS preocupados em encontrar e entender as desproteções sociais e construir caminhos de acesso ao direito social e ao resultado.

Quem quer fiscalizar deve buscar outro trabalho.

A visita domiciliar promove a aproximação dos técnicos com as famílias, conhece e dialoga sobre desproteções sociais, analisa a realidade e as urgências sociais no contexto familiar e comunitário.

Mas se a VD for feita sem técnica e sem respeito à família, ela pode gerar muros muito difíceis de atravessar no atendimento social e afastar a família do sistema protetivo.



Quem decide que se deve realizar a VD?

Esse importante instrumento da Assistência deve ser uma recomendação que surge do debate com a equipe – e não uma decisão isolada de um técnico. A proteção é uma construção coletiva e não individual.

O técnico pode achar importante a VD, mas a equipe não; ou o próprio técnico pode não perceber a importância da VD, enquanto a equipe verifica sua urgência.

Não temos condições de realizar VDs de todos os casos, daí a importância da equipe, a partir de estudos de caso, propor ou não essas visitas.

Nunca uma visita deve ser feita apenas por um técnico, pois é fundamental uma segunda observação da situação vivida por aquela família.

Se for possível, evite fazer anotações durante a visita. Você já conhece o caso. Já o atendeu no CRAS. A visita é a continuidade do atendimento.

A anotação pode inibir o diálogo e tirar seu foco da observação.

É importante destacar que não realizamos VDs para culpar as famílias, e sim para construir caminhos para resultados.

A família tem o direito de recusar a visita e não cabe à equipe do CRAS qualquer pressão ou punição pela negativa da família.

Não se deve chegar de surpresa em uma família. Agendar o encontro é sinal de respeito, durante e depois da visita.

Não fazemos VDs apenas para conhecer a realidade ou para se aproximar das famílias, pois elas precisam ser resolutivas: crianças fora da escola devem ter acesso à educação; idosos e pessoas com deficiência no perfil do BPC devem ter o direito assegurado; desempregados devem ser informados de oportunidades; famílias com insegurança alimentar devem receber alimentação ou Benefício Eventual de Segurança Alimentar.

Muito pode ser feito.

Mas, durante as visitas, você pode encontrar crianças violentadas e abusadas, mulher vítima de violência e pedidos de socorro. Nesses casos, é preciso agir com cautela.

PARA DEBATER

1. Você acha que a visita domiciliar deve ser prioridade na Proteção Básica?
2. Você realiza visitas domiciliares com que caráter: acompanhamento ou fiscalização?
3. Quais os resultados imediatos que uma visita domiciliar pode oferecer?
4. Você se sente capaz e seguro de realizar visitas domiciliares?
5. A proteção especial também pode realizar visitas domiciliares?

Não tome qualquer medida dentro de sua casa, pois isso pode gerar riscos para você.

Ao terminar a visita, faça imediatamente a denúncia aos órgãos competentes (conselho tutelar, delegacia de polícia), pois ela pode salvar vidas.

Lembre-se que o silêncio pode custar vidas.

Realizar visita domiciliar não é algo banal. Não é apenas uma porta. É preciso técnica, capacitação e segurança.

AUTORES

DANILO COSTA

Gestor de Informações e Especialista em Organização de Mapas de Desproteções Sociais temáticos e territoriais.

LEILA AQUILINO

Socióloga e Especialista no Cadastro Único e em programas nacional e estadual de combate à pobreza. Esteve na equipe de Unificação do Cadastro Único, em 2000 e 2001.

MARCELO REIS GARCIA

Assistente Social, Professor de Práticas Sociais com experiência em trabalho Comunitário e em Gestões Municipais, Estadual e Nacional da Assistência Social.

MARÍLIA ROCHA

Socióloga com ampla experiência na Proteção Especial de Média e Alta Complexidade. Atuação reconhecida com adolescentes em conflito com a lei e população de rua.

NAIRA ARAÚJO

Assistente Social, com prática na proteção social especial, e larga experiência com população em situação de rua, atuando diretamente com supervisão técnica em equipamentos de média e alta complexidade.

NÍVEA CHAGAS

Jornalista especialista em comunicar a Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social. Responsável por inúmeras publicações sobre práticas sociais e desproteções sociais.

RODRIGO SALGUEIRO

Sociólogo com larga atuação na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Atuação diferenciada no mapeamento de usuários do SUAS fora de comunidades e instituições.

CONSELHO EDITORIAL DO NÚCLEO DE GESTÃO SOCIAL

ADRYANNA MELO CAIADO

JORDANY CORINTO

ALEXANDRE PARRODE

GRACINHA CARVALHO CAIADO

RÚBIA ERIKA PRADO CARDOSO

MARCELO REIS GARCIA

EDIÇÃO DOS TEXTOS

Alexandre Parrode
Ayana Abrão
Larissa Quixabeira

SUPERVISÃO GERAL DE CONTEÚDO

Marcelo Reis Garcia

DIAGRAMAÇÃO

Juliano Rodrigues

GPS
Gabinete de
Políticas Sociais



GOVERNADOR

Ronaldo Caiado

VICE-GOVERNADOR

Lincoln Tejeta

COORDENAÇÃO GERAL

Gracinha Carvalho Caiado

EQUIPE GPS

Alexandre Parrode

Ayana Abrão

Fabiana Ceciliano

Larissa Quixabeira

Lucyanna Marcella

Ludmila Almeida

Maria Valente

Rogério Lima

Tariana Martins

Wiara Pimenta

**PRESIDENTE DE HONRA DA OVG E
PRIMEIRA-DAMA DE GOIÁS**

Gracinha Carvalho Caiado

DIRETORA GERAL

Adryanna Melo Caiado

**DIRETOR ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO**

Thomas Marcelo e Silva

DIRETORA DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Rúbia Prado Cardoso

DIRETORA DE AÇÕES SOCIAIS

Jeane de Cássia Abdala Maia

GERÊNCIA SOCIAL

GERENTE

Jordany Corinto

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Cristiane Vaz

COORDENADOR DE INFORMAÇÃO

Felipe Ferrari

COORDENADORA DE LOGÍSTICA

Roberta de Oliveira

DESIGUALDADE

ADOLESCENTES

PROTEÇÃO



ORGANIZAÇÃO
DAS VOLUNTÁRIAS
DE GOIÁS

GPS
Gabinete de
Políticas Sociais



ASSISTÊNCIA

RENDA

IDOSOS

MULHERES

VISITAS DOMICILIARES

REPARAÇÃO

SERVIÇO TÉCNICO

PAIF

NOVA POBREZA

CRAS